

CIDADES DA BAHIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DA UNEB¹

JESSÉ MACHADO PINTO; MIRIAM MEDINA-VELASCO & REGINA PIRES
Docentes do Departamento de Ciências Humanas – Campus I – UNEB
jesseapm@gmail.com; miriam.velasco@gmail.com; tcheli@br.inter.net

RESUMO

Este trabalho, de caráter exploratório, tem como finalidade examinar a dinâmica da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como Instituição de Ensino Superior – IES, no âmbito da rede urbana desta esfera estadual. Para tanto, estrutura-se um quadro de referência teórica discutindo o papel da educação superior no seu caráter de política pública; aborda-se o sistema urbano regional à luz da inserção da UNEB nas cidades do interior e apresenta-se um mapeamento geral das principais atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos Campi da UNEB, localizados em 24 (vinte quatro) cidades de diversos tamanhos. A partir desta abordagem, pode-se verificar que a expansão desta IES estadual não dialoga com as variadas tendências de consolidação de uma estrutura regional e/ou necessária institucionalização de uma rede urbana na Bahia; assim também, não se identifica uma articulação entre as atividades acadêmicas desenvolvidas nos campus e/ou departamentos. Por fim, levantam-se algumas considerações com relação à existência ou ao caráter da política de educação superior para as cidades da Bahia.

Palavras chave: Cidades da Bahia; política de educação superior, UNEB.

INTRODUÇÃO

A preocupação por entender a inserção da universidade pública estadual, no âmbito do território da Bahia, não é inédita. Nessa perspectiva vale considerar que, embora o ensino superior oficial do Brasil se origine na Bahia, esta unidade federal expressa um lento desenvolvimento deste nível de ensino com marcados períodos de estagnação. São

¹ Apresentam-se resultados preliminares de uma abordagem introdutória relacionada com o Projeto de Pesquisa: “A prática profissional do administrador: atuação dos egressos do DCH-I/UNEB como subsídio para reestruturação curricular”, aprovado no Programa PROFORTE 2009-2010 da PPG/UNEB. A elaboração contou com a participação do Docente Antonio José Batista de Azevedo e dos discentes bolsistas de Iniciação Científica do Programa PROFORTE/UNEB: Kevin dos Santos Souza, Vitor Borges e Jamila Leite; assim como dos alunos monitores do Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPE/DCH-I: Cláudia Valéria dos Santos, Anderson Rabelo e Gabriela Medeiros.

diversos os fatores que se apontam como explicação desta realidade e o peso outorgado a cada um deles, contudo, tais fatores tendem a remeter à precariedade na formulação e implantação de uma política consistente, não apenas de educação superior, mas da rede de educação como um todo e desta como parte do sistema de planejamento estadual (FRANCO; FIALHO & PIRES, 2006).

Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto de que a inserção da UNEB no interior da Bahia não decorre de diretrizes ou critérios objetivos para a localização e expansão dos Campi. Tentar entender a dinâmica da educação superior pública estadual na Bahia, a partir de tal pressuposto, implicaria perguntar: Qual é o papel que tem assimilado as Instituições de Ensino Superior estadual no âmbito da Bahia? Qual é o papel que se evidencia na dinâmica da UNEB? Qual o papel que essa Instituição efetivamente deveria/poderia assumir como instrumento de transformação social?

Os sistemas estaduais de educação superior no Brasil representam, de certa forma, o projeto político administrativo construído no âmbito das relações e dos interesses sociais de cada uma das unidades federais. Martins (2000) aponta que a expansão das universidades estaduais no Brasil ocorre de forma significativa, após os anos 80, financiada e controlada pelos respectivos estados, revelando uma heterogênea vocação acadêmico-institucional. Por sua vez, tais sistemas parecem se erguer como instrumento de superação ou de acirramento das desigualdades regionais, segundo a contribuição do ensino, da pesquisa e da extensão desenvolvidos por tais centros acadêmicos.

Assiste-se, no atual período, a importantes transformações na educação superior, muito por decorrência das mudanças nos modos de organização do trabalho e da produção que, ao mesmo tempo, interferem e decorrem das mudanças sociais, econômicas, ambientais, tecnológicas, culturais etc. No caso, o processo europeu de Bolonha revela-se como referência de uma nova concepção acadêmica, que subsidia os debates e encaminhamentos da educação superior no Brasil e que estão sendo consagrados no âmbito federal, pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.²

Caberia assim, uma pergunta sobre a forma como os sistemas estaduais de ensino superior público estão assimilando essas transformações no âmbito das unidades

² O Programa REUNI busca estimular a diversificação de modalidades de graduação e a ampliação da oferta de cursos e vagas nas IES federais estabelecendo mecanismos para reduzir a evasão e garantir a mobilidade dos estudantes entre instituições cursos e programas, entre outros objetivos (BRASIL, 2007).

federadas e, em particular, o sistema estadual da Bahia, mais especificamente, a forma como a UNEB estaria tratando tais desafios.

Dessa forma, pretende-se com estas reflexões contribuir para pensar a educação superior e seu papel desde a própria universidade, como docentes e agentes responsáveis envolvidos nessa dinâmica. Considera-se válido analisar o processo de inserção da UNEB na rede das cidades da Bahia e caracterizar as atividades acadêmicas desenvolvidas no conjunto dos 24 (vinte e quatro) municípios em que ela tem Campus.

A abordagem está apresentada sob quatro tópicos: o primeiro compreende um referencial teórico que busca vincular o entendimento da educação superior, na perspectiva das políticas públicas, referenciada na vertente conhecida como neo-institucionalista e na Análise de Redes Sociais; o segundo tópico contextualiza historicamente e problematiza a expansão da UNEB, no sistema de ensino superior da Bahia; o terceiro recolhe a discussão sobre a estruturação da rede urbana neste estado; e o quarto tópico caracteriza as principais ações de ensino pesquisa e extensão que a UNEB desenvolve nas cidades nas que tem Campi. Com base nos dados levantados especificamente para este trabalho, registram-se, nas considerações finais, algumas preocupações relacionadas com a (in)existência de uma política de educação superior estadual para as Cidades da Bahia.

EXPANSÃO DA UNEB NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR

Pode-se considerar, de forma ampla, que as políticas públicas de educação no Brasil são, antes de tudo, o resultado da atividade política, ou seja, o conjunto de decisões (explícito em ações ou omissões) que pretende responder a um determinado problema ou demanda, em um determinado sistema político. Mais especificamente, isto significa assumir que o sistema de educação superior no Estado da Bahia é o resultado de uma escolha política (com menor ou maior grau de envolvimento dos agentes) e de algum nível de coerência entre fins e meios disponíveis, segundo a ordem instituída.

A óptica de que as políticas públicas não só influenciam, mas também decorrem das instituições nas suas estruturas e procedimentos, contribui para entender a aproximação do conjunto dos atores do Estado e da sociedade, em uma rede de relações mais horizontalizada. Neste caso a UNEB, como instituição pública estadual, poderia influenciar e se deixar influenciar pelas políticas. A sua influência se potencializa como IES, primeiramente, a partir dos processos de educação na construção de sujeitos sociais

como agentes de transformação, e também como ator privilegiado nas regiões onde atua. Vale observar, portanto, a forma como esta IES se insere no âmbito da educação superior na Bahia.

O sistema estadual de educação da Bahia, segundo Pires (2007), começa a se estruturar no início da década de 1970. A incorporação da instituição universidade, a esse sistema, acontece primeiramente com a criação da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e, posteriormente, com a criação de outras três universidades, dentre as quais a UNEB. A agregação de alguns cursos superiores isolados a essas instituições, como aconteceu na história da educação superior no Brasil, constitui a base das denominadas universidades. Cabe aqui considerar que essa foi a ideia inicial de universidade no Brasil e que permaneceu vigente “por muitas décadas, desde as experiências pioneiras de se estabelecer, no país, escolas de ensino superior, com o nome de universidade, no século XX” (FIALHO, 2005, p. 28). Portanto, quando se busca recompor o processo de criação da UNEB, enquanto universidade “multicampi”, é possível notar que a ideia que deu suporte a organicidade desse modelo está calcada no processo histórico de criação da universidade brasileira, bem como na experiência de criação do ensino superior na Bahia, sobretudo no âmbito das IES públicas estaduais (PIRES, 2007). No caso particular da Bahia, significaria dizer que a criação de universidades está atrelada à ação política que se apresenta consubstanciada num conjunto de decisões para responder a certas demandas e/ou problemas de um específico sistema político, mais do que às decisões emanadas de um processo formal de planejamento e gestão de políticas públicas.

A UNEB é uma das mais recentes universidades públicas existentes no Estado da Bahia. Tem origem no Centro de Educação Técnica da Bahia – CETEBA, criado no final da década de 1960, como uma das sete unidades que, posteriormente, foram reunidas para formar o SESEB (Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia), extinto no ano de 1983, ano em que se cria esta IES.³

Além da UEFS e UNEB, o ensino público superior na Bahia é ampliado com a instalação da Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB, em 1980 e da Universidade de Santa Cruz – UESC, em 1991. Essas quatro universidades estaduais atendem a 32 municípios, 24 deles pela

³ Segundo FIALHO (2005), além do CETEBA e da FAEEBA (Faculdade de Educação do estado da Bahia), criada nos anos 80, sediados no campus de Salvador, faziam parte original da UNEB as seguintes unidades: FAMESF - Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Caetitê e de Juazeiro, Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas, de Jacobina e de Santo Antônio de Jesus. Exceto a FAMESF, as demais unidades desenvolviam basicamente cursos de pedagogia e de letras com a preocupação de formar professores.

UNEB, 3 pela UESB (Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié), 2 pela UESC (Ilheus e Itabuna) e 3 pela UEFS (Feira de Santana, Santo Amaro e Lençóis).

O processo de expansão da UNEB, gerado pela implantação de novos campi e de novas unidades, irá implicar uma pulverização de gastos que se assemelha a um jogo de soma zero. Um exemplo esclarecedor dessa situação pode estar nos orçamentos anuais desta IES - período 2002-2007 - cujos incrementos não corresponderam às reais necessidades decorrentes de sua dinâmica de expansão (UNEB, 2007). Mais do que isso, os recursos destinados à UNEB, relativamente ao de outras IES públicas do Estado, mantiveram-se em torno de 40% (ibidem), não obstante a crescente necessidade de recursos para inversões fixas e despesas operacionais resultantes de seu processo de ampliação.

Dados divulgados pela Secretaria Estadual de Educação sobre as universidades estaduais da Bahia, para o ano de 2007, referentes à oferta de cursos de bacharelado e licenciaturas presenciais e às matrículas por IES, revelam, por si mesmos, o peso que cabe à UNEB no contexto do sistema estadual público de ensino superior. Basta dizer que dos 36.899 alunos matriculados nos cursos de graduação, 18.320 optaram pela UNEB. Este número correspondeu naquele ano a 50% do total de matrículas no sistema estadual de ensino superior.

Com base nos dados da mesma Secretaria, sobre docentes das universidades públicas estaduais, foi organizada a Tabela 1, na qual se apresenta, de forma comparada, a titulação docente das quatro Universidades Estaduais. Como se pode observar, o quadro docente da UNEB, no ano 2007, tinha o maior percentual dos que possuíam apenas a graduação e o menor percentual de docentes com doutorado. Esta situação guarda relação com a questão orçamentária referenciada anteriormente e com a dispersão dos campi em cidades que exercem pouco atraentes para docentes mais titulados.

Tendo como referência o total os docentes das quatro IES estaduais, verificou-se que 75% dos seus membros, com apenas a graduação, estão na UNEB, assim como 63% dos especialistas, e somente 37,6% dos mestres e 25% dos doutores. Ressalta-se que, embora a UESC seja a mais jovem das quatro IES, é a que possui o quadro docente mais qualificado, com 82% dele constituído de mestres e doutores. Caso o total de mestres e doutores tivesse que ser distribuído proporcionalmente à quantidade de alunos matriculados, em cada universidade, os números seriam substancialmente modificados.

Tabela 1 – Quadro docente das IES estaduais segundo titulação (%)

Universidade	Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores
UEFS	2,0	20,0	44,3	33,7
UESB	1,7	33,3	44,7	20,3
UESC	4,4	13,5	47,9	34,2
UNEB	10,9	37,0	38,5	13,6

Organização própria com base nos dados divulgados pela SEC/Bahia (2007)

Na opinião de Fialho (2005), o que motivou a ampliação e expansão do ensino superior público no Estado foi o interesse de manter o controle ideológico dessa expansão, haja vista a ausência de políticas públicas estaduais para dar sustentação a esse processo, e aponta como uma das prováveis causas o fracasso da federalização das escolas superiores de Ilhéus e Itabuna. É provável que tal fracasso de federalização tenha sido decorrente do pouco prestígio e peso político desta esfera sub-nacional, pois, cabe lembrar, a Bahia nunca conseguiu trazer para o seu território instituições de projeção e prestígio regional ou nacional como a CHESF, o Banco do Nordeste, a SUDENE, dentre outras; a recente transferência da Infraero para Recife, não obstante a importância regional do aeroporto internacional de Salvador, ainda espelha essa situação.

A UNEB NA REDE URBANA DA BAHIA

Os ciclos econômicos atravessados pela Bahia marcam uma histórica tendência, ainda não revertida, de ocupação litorânea do seu território, apesar dos movimentos de povoamento de outras regiões, que foram percebidos na década de 90, porquanto a densidade habitacional dessas áreas geográficas continua baixa. Embora o Estado da Bahia se caracterize por sua ampla extensão territorial e elevado número de população, se comparado com o conjunto de estados brasileiros, é um dos menos urbanizados.⁴

Esta tendência apontada, recorrentemente pelos estudiosos (NEVES 1985; BELAS, 1999), parece se manter e exprime as duas faces em que se manifesta a distribuição da população no espaço baiano: uma baixa densidade de ocupação (aproximadamente 23 habitantes por Km²) evidenciada, principalmente, na dispersão dos pequenos núcleos urbanos; e uma acentuada concentração populacional na capital e região litorânea.

⁴ Segundo o Censo do ano 2000, 67,12% da população morava nas áreas urbanas, enquanto no Brasil era mais de 80%. Vale observar que área da Bahia é de 561.026 Km² e corresponde a quase 7% do território brasileiro, enquanto, segundo o mesmo Censo, a relação da população urbana corresponde a 6,36% da população urbana do Brasil e os 417 municípios correspondem a 7,5% do total de municípios brasileiros (5.561). Nesse contexto inscreve-se o fato de que 40% dos municípios baianos tenham apenas população próxima dos 5.000 habitantes.

Em termos de políticas públicas, tal desequilíbrio se reflete nas condições necessárias à gestão das diversas políticas, dado que os municípios com maior densidade populacional, econômica e política tendem a dispor de mais recursos fiscais e administrativos (ARRETCHE, 2000). De fato, na perspectiva da gestão das políticas públicas, esta dispersão populacional, também manifesta a fragmentação de recursos financeiros e técnicos comprometendo o atendimento dos princípios de racionalidade e produtividade dos investimentos públicos. O resultado desse quadro é um conjunto de precárias administrações municipais, com recursos humanos de pouca qualificação e serviços públicos de escassa especialização.⁵

Tal fenômeno implicaria considerar as diversas escalas de implantação das políticas públicas e a adoção de estratégias de fortalecimento de centros e sub-centros regionais, pólos e/ou eixos sob o princípio de um sistema urbano regional para a Bahia. Embora, em diversos períodos da administração estadual se possa identificar estudos e tentativas de implantar modelos de regionalização econômica, político-administrativa e/ou cultural, a questão é que ainda, neste final da primeira década do século XXI, não se tem conseguido legitimar uma estrutura de intervenção homogênea ou de referência para a implantação das políticas públicas na Bahia.

Nessa dinâmica, o processo de inserção da UNEB nas cidades do interior da Bahia, como reconhecido nos âmbitos acadêmicos e administrativos, e como se revela no Quadro 1, não responde a uma estratégia relacionada com a configuração da rede urbana desta unidade federal e não contribui para fortalecer nenhuma das possíveis tentativas de regionalização.

⁵ Segundo dados divulgados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC no ano 2008, mais de 80% do pessoal estatutário, contratado pela administração direta dos municípios baianos, tinha apenas formação no ensino médio (IBGE/MUNIC, 2008).

Quadro 1 – Cidades com Campus UNEB segundo regionalização interna, população total, outras regionalizações e sedes administrativas

N. de Campus Sec. criação	Cidade	População total estimada 2007	Regionalização Interna da UNEB 2007	Território de identidade 2007	Diretorias Regionais Educação N. Sede DIREC	Diretorias Regionais de Saúde N. Sede DIRES	Bacias Hidrográficas
III	Juazeiro	230.538	A	10 – Sertão de S. Francisco	15	15 ^a	Rio São Francisco
VIII	Paulo Afonso	101.952	A	24 – Itaparica	10	10 ^a	Rio São Francisco
VII	Senhor do Bonfim	72.511	A	25 – Piemonte Norte do Itapicuru	28	28 ^a	Rios Itapicuru/Real
XI	Serrinha	71.383	A	04 – Sisal	*	12 ^a	Rios Itapicuru/Real
XIV	Conceição de Coité	60.835	A	04 – Sisal	*		Rio Paraguaçu
XXII	Euclides da Cunha	56.625	A	17 – Semi-árido Nordeste II	*	*	Rios Itapicuru e Real
IV	Jacobina	76.463	B	16 – Piemonte de Diamantina	16	16 ^a	Rios Itapicuru/Real
XIII	Itaberaba	59.393	B	14 – Piemonte do Paraguaçu	18	18 ^a	Rio Paraguaçu
XXIII	Seabra	40.543	B	03 – Chapada Diamantina	27	27 ^a	Rio Paraguaçu
IX	Barreiras	129.501	C	11 – Oeste baiano	25	25 ^a	Rio São Francisco
XVI	Irecê	62.676	C	01 – Irecê	21	21 ^a	Rio São Francisco
XVII	Bom Jesus da Lapa	62.199	C	02 – Velho Chico	26	*	Rio São Francisco
XXIV	Xique-Xique	45.700	C	01 – Irecê	*	*	Rio São Francisco
I	Salvador	2.892.625	D	26 – Metropolitana de Salvador	1A - 1B	1 ^a	Inhambupe – Rec. Norte
XIX	Camaçari	220.495	D	26 – Metropolitana de Salvador	*	*	Inhambupe – Rec. Norte
II	Alagoinhas	132.725	D	18 Agreste de Alagoinhas Litoral Norte	03	3 ^a	Inhambupe – Rec. Norte
XV	Valença	84.931	E	06 – Baixo Sul	05		Recôncavo Sul
V	Santo Antonio de Jesus	84.256	E	21 – Recôncavo	04	4 ^a	Recôncavo Sul
XXI	Ipiauí	42.561	E	22 – Médio Rio das Contas	*	*	Rio de Contas
XII	Guanambi	76.230	F	13– Sertão Produtivo	*	30 ^a	Rio São Francisco
XX	Brumado	62.381	F	13 – Sertão Produtivo	19	19 ^a	Rio de Contas
VI	Caetité	46.192	F	13– Sertão Produtivo	24	24 ^a	Rio de Contas
X	Teixeira de Freitas	118.702	G	07 – Extremo Sul	09	9 ^a	Rio São Francisco
XVIII	Eunápolis	93.984	G	07 – Extremo Sul	08	8 ^a	Rio Jequitinhonha/ES

Organização própria com dados disponíveis na SEI, UNEB, BAHIA/SEC, BAHIA/SESAU e BAHIA/SRH (2004).

O Quadro 1 evidencia a heterogeneidade com que é tratada a estrutura urbano-regional da Bahia pelas diversas instituições estaduais, reflexo de um modelo de organização

político-administrativa fragmentado e desarticulado, não obstante as várias tentativas de estruturação de regiões e/ou territórios por parte dos órgãos de planejamento estadual.⁶ No caso desse diversificado entendimento político-administrativo, cabe evidenciar que a Regionalização Interna da UNEB, denominada de “Regionalização Flexível” (UNEB, 2007), aparece como mais uma, no leque de tentativas de se pensar a intervenção pública na Bahia. Foi implantada no mesmo período em que são criados os denominados Territórios de Identidade (reconhecidos, atualmente, como sendo 26 unidades de representação, conforme o Fórum de Acompanhamento do Plano Plurianual Participativo, do período 2008-2011), porém não dialoga ou atende aos critérios dessa divisão geográfica do Estado. E ainda, no atual processo de contratação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável/Zoneamento Ecológico e Econômico, a divisão do território estadual, em três grandes áreas, não parece coincidir com nenhuma das anteriores divisões geográficas e, o que é mais lamentável e surpreendente, não se denota compatível com a delimitação das Bacias Hidrográficas definidas pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos em 2004 (BAHIA/SRH, 2004).⁷

Na prática, não existe articulação regional na Bahia. As ações dos diversos organismos e das diversas instâncias e áreas governamentais, em lugar de surgir de forma integrada e complementar, são conflitantes e competitivas entre si (SPINOLA, 1998). Diferentemente de outras unidades federais, que tem conseguido configurar instâncias supramunicipais ou sub-estaduais de planejamento e gestão pública (MEDINA-VELASCO & SANTOS, 2005), na Bahia esta questão não tem passado de uma

⁶ Na história do planejamento na Bahia registram-se tentativas de estruturação de áreas geográficas referenciadas nos centros urbanos regionais, já no início da década de 1970, quando ao dividir o Estado em 17 Regiões Administrativas, foram criados os denominados Centros Regionais Integrados (CERIN), localizados nas sedes das referidas regiões, embora fossem diretamente vinculados à estrutura da Secretaria como órgãos da administração central. A criação e transformação da CONDER sob diversas denominações (Conselho/Companhia de Desenvolvimento Urbanos/do Recôncavo), também se revela como uma tentativa de planejamento e intervenção regionalizada, porém, apenas focalizando a Área Metropolitana de Salvador, em alguns momentos, expandida até o Recôncavo (BRANDÃO, 2001) e hoje de atuação estadual.

⁷ A Bacia Hidrográfica deve ser reconhecida na definição das unidades de planejamento regional, pois, por uma parte, possibilita a análise e entendimento dos problemas ambientais, buscando a conservação, manutenção e monitoramento dos recursos naturais e, por outra, é referência nos fluxos viários, no abastecimento de água e geração de energia, na implantação de atividades econômicas (ex. cultura irrigada), e ainda mais, possibilita equacionar na prática as preocupações com as questões ambientais tais como a poluição dos rios, receptores de esgotos urbanos e agrotóxicos advindos do agricultura e outras formas de poluição o que se transforma em vetor de doenças prejudicando a população dos municípios circunscritos em seu território (MEDINA-VELASCO & SANTOS, 2005).

preocupação acadêmica e administrativa materializada em diversos contratos de consultoria.

O equacionamento das problemáticas específicas de cada área geográfica demandaria a qualificação dos quadros técnicos e a dispersão de uma massa crítica interdisciplinar capaz de articular as diretrizes e as ações entre Estado e Sociedade. A UNEB teria um papel importante e estratégico nesse processo, não só na formação profissional, mas também, na consolidação de núcleos de diagnóstico, planejamento e implantação de políticas públicas, localizados nas cidades do interior.

Nessa linha de argumentos considera-se que, para a construção deste processo poder-se-ia promover a consolidação das cidades de mais de 100.000 habitantes, onde existem IES estaduais.⁸ No caso específico, a estratégia de descentralização inscrita no Documento do Plano Estratégico (UNEB, 2007), em troca da fragmentação em unidades de até apenas dois componentes, como se observa no Quadro 1, poder-se-ia fortalecer a capacidade de decisão dos Campi localizados nas 5 (cinco) cidades do interior com mais de 100.000 hab., quais sejam: Alagoinhas, Barreiras, Juazeiro, Teixeira de Freitas e Paulo Alfonso, articulando, desde cada um deles, as atividades acadêmicas não só do conjunto de campi circunvizinhos e interferindo diretamente como ator participante da rede de planejamento e gestão das diversas políticas públicas das áreas geográficas nas quais estão localizadas.

CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNEB SEGUNDO CIDADES

Para entender a dinâmica desta universidade como IES pública estadual, no âmbito da rede urbana da Bahia, apresenta-se um mapeamento das principais atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos Campi da UNEB, localizados em 24 (vinte quatro) cidades da Bahia.

O conjunto destas cidades foi organizado em quatro grupos, considerando, em geral, a população total (referenciada antes no Quadro 1). Desse modo, para efeito de análise, considerou-se um primeiro grupo especial compreendido por dois Campi (Salvador e Camaçari) por estarem localizados na Região Metropolitana de Salvador – RMS. Em seguida, foram definidos outros três grupos localizados nas cidades do interior.

⁸ Vale registrar que no total de cidades da Bahia com mais de 100.000 hab. existem Universidades Estaduais, como referenciadas anteriormente, em Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna, Vitória da Conquista e Jequié.

Vale destacar que os Campi localizados fora da RMS, conforme se observa na Tabela 2, estão assim distribuídos: um grupo de 05 (cinco) cidades com mais de 100.000 hab., aquelas que foram sinalizadas anteriormente como estratégicas para a articulação do processo de descentralização institucional interna e fortalecimento das unidades de planejamento e gestão das políticas públicas no âmbito estadual; um grupo de 13 (treze) cidades com população total entre 50 e 100 mil hab. dispersas pelo território estadual; e, por último, um grupo de 4 (quatro) pequenas cidades.

Ao analisar o processo de criação e distribuição geográfica dos campi do interior, com base nos dados apresentados no Quadro 1 e na Tabela 2, não se identificou nenhum critério de localização vinculado ao tamanho populacional ou à rede urbana; ao contrário, notou-se mais claramente a falta de estruturação de um legítimo Sistema Estadual de Educação Superior, visto que a dispersão sem critério político-administrativos dos Campi da UNEB gera sobreposição entre as regiões de influência das quatro IES estaduais.⁹

Quando examinadas mais especificamente as atividades acadêmicas, segundo os grupos de cidades, estabelecidos na Tabela 2, percebeu-se certa coerência na concentração dos cursos e atividades do ensino de graduação, nas cidades de mais de 100.000 hab.¹⁰

⁹ Verifica-se por exemplo que os Campi abertos em pequenas cidades estão localizados na área de influência das outras IES estaduais. Assim por exemplo os Campi de Brumado e Caiteté estariam sob o raio de influência da UESB com sede principal na Cidade de Vitória da Conquista, e inclusive as cidades desses campi se encontram mais próximas de Conquista que a cidade de Jequié que é sede de um dos Campi da UESB. Também o Campus de Seabra está localizado na adjacência de Lençóis, cidade na que tem Campus avançado a UEFS.

¹⁰ Excetuando o caso de Camaçari Campus que tem apenas três: o Curso de Contábeis funcionando em dois turnos e o de Direito.

Tabela 2 - Ações acadêmicas nas cidades com Campus da UNEB

Grupos de Cidades	Cidade	N. Dep.	Atividades de Ensino (Graduação)				At. de Pesquisa		At. de Extensão	
			Total Cursos (Hab. /turno)	Cursos de Educação	Bacharelados	N. alunos Concluintes 2008	Bolsistas IC 2009	Projetos Fin-interna	Projetos reg. de extensão	Conv. Rede UNEB
RMS	Salvador	4	24	7	17	459	90	17	41	10
	Camaçari	1	3	0	3	51	11	1	3	7
Com mais de 100.000 Hab.	Juazeiro	2	5	2	3	218	54	2	7	5
	Alagoinhas	2	6	5	1	113	39	4	13	11
	Barreiras	1	8	5	3	113	9		15	8
	Teixeira de Freitas	1	6	6	0	144	4		11	10
	Paulo Afonso	1	6	4	2	87	10	1	25	7
	Eunápolis	1	3	2	1	18	0		3	3
De 50.000 até 100.000 Hab.	Valença	1	3	2	1	24	0	1	11	8
	S. Antonio de Jesus	1	6	5	1	88	9	1	9	15
	Jacobina	1	6	5	1	97	8	1	12	8
	Guanambi	1	5	3	2	87	4	1	2	8
	Senhor do Bonfim	1	7	5	2	69	7		2	18
	Serrinha	1	3	2	1	99	4		13	6
	Irecê	1	2	2	0	74	2		14	5
	Brumado	1	2	2	0	43	0		8	7
	Bom Jesus da Lapa	1	3	2	1	120	0		11	4
	Conceição de Coité	1	3	2	1	40	0		12	3
	Itaberaba	1	3	3	0	83	0		4	9
	Euclides da Cunha	1	2	2	0	21	0		4	1
	Menos de 50.000 Hab.	Caetité	1	6	6	0	118	2		20
Xique-Xique		1	2	2	0	42	0		26	0
Ipiaú		1	2	2	0	32	0		3	1
Seabra		1	2	2	0	70	3		17	4
TOTAL		29	118	78	40	2310	256	29	284	164

Organização própria com base nas informações ministradas pelas Pró-reitorias e divulgadas no site da Universidade

Vale esclarecer que tais cursos foram quantificados de forma desagregada considerando os diversos turnos e as várias habilitações. Observou-se, então, que no grupo de cidades com população de menos 100 mil habitantes, o número total de cursos é relativamente importante nos Campi localizados nas cidades de Senhor de Bonfim, com 7 cursos, Santo Antônio de Jesus, Jacobina e Caetité, com 6 cursos, assim como, em Santo Antônio de Jesus, Jacobina e Caetité, com 6.

De uma forma geral, sabe-se que as atividades de graduação da UNEB estão focalizadas na formação de professores para o ensino fundamental e médio. Segundo dados calculados com base nas informações divulgadas pela Secretaria de Educação, esta IES concentra 71% da oferta contínua de licenciaturas do Sistema de Ensino Superior

estadual. Internamente, 66% dos cursos contabilizados na Tabela 2 são voltados para a área de educação (considerados individualmente, segundo o turno e a habilitação).¹¹

Considerando o número de alunos concluintes em 2008 dos Cursos de graduação, apresentado na Tabela 2, chama a atenção o fato de que o Campus de Eunápolis, no qual funcionam três Cursos (História, Turismo e Letras), só formou 18 alunos e, no Campus de Valença, 24. Tais cidades têm um importante porte populacional (mais de 80.000 hab.). Isto também acontece em alguns Campi criados mais recentemente e localizados em cidades com um número menor de habitantes, como é o caso de Euclides da Cunha e Ipiaú.

Esse cenário de concentração/dispersão e baixa produtividade no ensino será mais evidenciado, no caso das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pela UNEB, nas cidades do interior da Bahia. Observe-se que o número de Bolsistas de Iniciação Científica e de Projetos de Pesquisa do Programa PROFORTE (seleção interna PPG/UNEB) decresce, por grupo de cidades na mesma tendência que o tamanho da população; enquanto que, o número de projetos de Extensão não revela estratégias vinculadas à particularidade das cidades ou regiões, nas quais se inscrevem os Campi.¹²

Ainda, considerando de forma especial, por combinar ensino e extensão, o Programa Rede UNEB 2000, que tem estabelecido, até 2009, mais de 160 convênios com mais de 130 prefeituras municipais para a formação de professores das redes públicas

¹¹ Vale ilustrar a distribuição dos cursos nas vinte quatro cidades que possuem campi da UNEB: Letras, em 16 cidades; Pedagogia em 12; História em 8; Matemática e Ciências Biológicas em outras 6. Os demais cursos vinculados à área de educação aparecem de forma menos freqüente, tais como os de Geografia, Educação Física e Química. Dos quarenta cursos de bacharelado, o Curso de Direito está presente em seis cidades, seguido pelo Curso de Administração, em cinco (Salvador e mais quatro cidades de menos de 100.000 hab., em ordem de população: Santo Antonio de Jesus, Guanambi, Serrinha e Bom Jesus da Lapa). Na sequência, outros cursos de bacharelado têm menos presença, tais como: Ciências Contábeis (4), Comunicação Social (3), Enfermagem (3) e Engenharia Agrônômica (2). Quatro cursos são ofertados apenas em Salvador - todos da área de saúde - dois cursos ofertados apenas em duas cidades, Salvador e Eunápolis - Turismo - e cursos que são ofertados apenas em uma só cidade, Engenharia de Pesca, Engenharia de Produção e Análise de Sistemas. Os dados sobre a oferta de Cursos, segundo as cidades nas que se localizam os Campi, foram extraído da divulgação oficial do Vestibular 2010. No caso, atenta-se para o fato de não constar, nessa relação, a oferta do Curso de Urbanismo - único no contexto da formação superior do Brasil.

¹² Em relação aos projetos de Extensão registrados no Sistema *on-line* formatado pela Pró-Reitoria de Extensão, vale referenciar que dos 284 registros, aproximadamente, 60% se relacionam com o eixo temático de educação; depois estão as ações catalogadas no eixo temático da cultura, com 14%; e as restantes estão vinculadas às temáticas catalogadas como de meio ambiente, tecnologia, comunicação, entre outras. Nesse cenário, chama a atenção que a segunda cidade (depois de Salvador) na que se formalizaram mais projetos é Xique-Xique, onde se localiza o Campus mais recentemente criado.

municipais, denota-se que duas cidades (Senhor de Bonfim e Santo Antonio de Jesus) são as que concentram maior número de convênios (18 e 15, respectivamente).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento das atividades acadêmicas, no conjunto de cidades com Campus UNEB, revela-se como uma série de manchas fragmentadas decorrente da desagregação de ações sem critérios de regionalização definidos, inclusive, com as outras IES estaduais.

Esta dinâmica decorre, e é reafirmada, pelo processo de inserção da UNEB nas cidades do interior. Sua expansão continua sem responder a uma estratégia relacionada com a configuração da rede urbana desta unidade federal e não contribui para fortalecer nenhuma das possíveis tentativas de regionalização.

A UNEB como instituição de educação superior é o resultado das (in)decisões políticas entre atores da esfera do Estado e da Sociedade. Expressa, portanto, a compatibilização de interesses públicos e privados, historicamente determinados e materializa, em alguma medida, a política pública passível de ser construída no Estado da Bahia.

Enquanto instituição pública, a UNEB pode ser considerada um dos atores potencialmente estratégicos, na definição das políticas, seja pelo caráter transformador que se lhe pode outorgar ao exercício da educação, seja pela sua própria articulação com outros atores, na promoção de planos e programas que contribuam à superação das desigualdades sociais e regionais. As indagações e questionamentos levantados ao longo deste trabalho, não se esgotam com esta abordagem, mas, pelo contrário, representam tentativas de incentivar a necessária reflexão crítica, enquanto sujeitos sociais, inseridos na própria dinâmica. Sem pretender exaustividade, estas inquietações são deixadas para uma reflexão urgente e necessária do papel da UNEB, da sociedade e da própria esfera estadual na articulação das ações das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

BAHIA/SRH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Bacias Hidrográficas da Bahia**, Salvador, 2004.

BRANDÃO, M. de A., Meio século de propostas sobre o planejamento regional da Grande Salvador. Salvador: SEPLANTEC/SEI, 2001. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gob.br>>. Acesso em: 20 mar. 2003.

BRASIL. Decreto nº 6.096. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília, DF, 2007.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai; FIALHO, Nadia; PIRES, Regina. **Educação Superior Brasileira - Bahia - 1991-2004**. INEP: Brasília/DF, 2006.

FIALHO, N. H. **Universidade multicampi**. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

BAHIA, Secretaria do Estado da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://www.sec.ba.gov.br/institucional/enderecos.htm>>.

BAHIA, Secretaria do Estado da Saúde. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/int_sesab.html>.

BELAS, A. Dinâmica Demográfica Baiana: gerais diferenciações internas. **Bahia 2000**. Salvador, SEPLANTEC/SEI, p. 213-250, 1999.

IBGE. **Indicadores Sociais Municipais 2000 Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

IPEA, IBGE e UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: configurações atuais e tendências da rede urbana. Brasília: IPEA, 2001.

MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, n. 14, p. 41-60, 2000.

MEDINA-VELASCO, M. **Descentralização e Política Urbana em Municípios de Porte Médio**: Os casos de Alagoinhas e Barreiras na Bahia. São Paulo: USP. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MEDINA-VELASCO, M & SANTOS, F. Gestão do território na Bahia: uma reflexão histórica. 4º SEMINÁRIO NACIONAL INFRA-ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO. **Anais**. Salvador/BA: IPPUR- UFRJ, UNEB e UCSAL, jun. 2005.

NEVES, P. L. O crescimento de Salvador e das demais cidades baianas. **Estudos Baianos**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1985.

PIRES, Regina. **A formação inicial do professor pesquisador universitário no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq e a prática profissional de seus egressos**: um estudo de caso na Universidade do Estado da Bahia. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 356f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PORTO, E. Novos espaços estratégicos na Bahia: Uma primeira aproximação. **Bahia, 2000**. Salvador: SEPLANTEC/SEI, p. 345-381, 1999.

REIS FILHO, N. G. As Condições Gerais do Planejamento e as Políticas de Desenvolvimento Urbano: A propósito do Programa Cidades de Porte Médio. **Cadernos de Pesquisa do LAP**. São Paulo, FAU-USP, n. 11, 1996.

SERRA, G. & ZANCHEETTI, S. O Nordeste e a Política Urbana (1976 a 1984). **Sinopses**, USP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, n. 9, 1986.

SOUZA, C. M. de. Gestão local e gestão metropolitana: um falso dilema? **Espaço & Debates**, São Paulo: NERU, n. 30, p.56-69, 1990.

SOUZA, M. A de. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DÉAK, C.; Schiffer, S. (Org.). **O processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 112-143.

UNEB – ASTEC. Assessoria Técnica. **Plano Estratégico da UNEB**. 2007.